



LULA PRESIDENTE

Programa Setorial de Educação
2007 / 2010





LULA PRESIDENTE

**Programa Setorial de Educação
2007 / 2010**

Sumário

Introdução

1. Garantia de educação básica de qualidade e democrática
2. Educação e diversidade
3. Alfabetização
4. Educação profissional e tecnológica
5. Educação superior
6. Cooperação internacional
7. Ações integradas
8. Financiamento da educação
9. Democratização da gestão nacional da educação

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, que deve ser assegurado ao longo da vida. Garantir esse direito é o mais importante desafio estratégico do país. A educação é uma das condições para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação e constitui-se a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento e diminuição das desigualdades. A educação, sozinha, não pode promover a transformação necessária. Sem ela, essa transformação será impossível. A educação contribui de forma decisiva para o exercício pleno da cidadania e amplia o poder dos cidadãos tanto de compreensão dos vários setores da sociedade – como a cultura e a tecnologia –, quanto de interferência nos rumos do país. A educação também é indispensável para o aumento do valor do trabalho e da produção em todos os setores, para a busca do equilíbrio ambiental e para a garantia de outros direitos sociais.

Trata-se de criar as condições para que os alunos de todas as idades aprendam a aprender, aprendam a ser, aprendam a fazer e aprendam a viver juntos, como sugerem as conclusões de vários debates mundiais sobre a educação para o século XXI.

Essa perspectiva é a concretização de um sonho de várias gerações, a ser legado

às gerações futuras, como manifestação maior de solidariedade e compromisso com a transformação de nosso país e das condições de subalternidade da maioria de nosso povo. O governo do presidente Lula compreendeu assim e tratou a educação como política de Estado, criando as bases para ampliar a participação e o apoio da sociedade a essa transformação.

No primeiro governo Lula muitos avanços foram alcançados. As necessidades dos cidadãos foram postas em primeiro lugar e não as limitações do governo. Um significativo esforço foi feito para superar a fragmentação de políticas herdadas dos governos anteriores. A dicotomia entre ensino fundamental e os demais níveis da educação básica, entre educação de jovens e adultos e educação regular, entre educação básica e educação superior, criaram falsas oposições que impediam a necessária articulação de esforços para melhorar a cobertura e a qualidade da educação pública. O empenho em construir uma política nacional de educação que responda às necessidades das pessoas, nos marcos das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, partiu de uma visão sistêmica que articula níveis e modalidades e busca promover a integração de programas intra e inter ministérios.

Três diretrizes estiveram na origem da política levada a efeito pelo Ministério

da Educação: Qualidade Social da Educação, Democratização do Acesso/Garantia da Permanência e Democratização da Gestão Educacional. Elas direcionaram as ações desenvolvidas em todos os níveis e modalidades, organizados, para fins do trabalho, em quatro eixos: educação básica, alfabetização e diversidade, educação profissional e tecnológica e ensino superior. No próximo governo estas diretrizes serão fortalecidas com grande ênfase na qualidade da educação.

A educação básica é implementada pelos Estados e municípios que contam com a colaboração da União. O desafio é de todos. Transformar a qualidade da educação supõe tomarmos como foco o aluno, com suas potencialidades, dificuldades e necessidades, de maneira a favorecer seu crescimento cognitivo e intelectual. Para tanto a escola deve se tornar um espaço de produção, organização e difusão de cultura, onde se realize o domínio de habilidades no campo das linguagens, da matemática, das várias ciências; onde se tome contato com as manifestações artísticas e com as condições de sua produção, com a técnica e com a tecnologia; onde se desenvolvam valores em um espaço propício ao aprendizado. A escola deve ser o espaço de acesso aos esportes e ao lazer; do exercício de direitos e superação da violência como forma de resolução de conflitos; de participação da comunidade na discussão de suas ne-

cessidades, aspirações; e no acompanhamento da política educacional.

A escola, como a desejamos no governo Lula, deve avançar nas políticas de inclusão, que atendam tanto às questões étnicas e raciais quanto ao tema da acessibilidade para alunos e alunas deficientes e os que têm necessidades educacionais especiais. As escolas do campo e das comunidades remanescentes dos quilombos exigem políticas direcionadas para suprir as fragilidades educacionais identificadas.

O governo do presidente Lula compreende que os processos educacionais devem estar comprometidos com o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada ser humano, devem facilitar a compreensão da relação do homem com a natureza, a sociedade e a cultura no tempo e no espaço, tendo-se, para isso, a ética como referência para conhecer e para ser. O sujeito educado pode buscar individual e coletivamente melhores maneiras de superação das condições de desigualdade material e cultural, de resolução dos conflitos por meios democráticos.

Esta concepção implica que a escola, sempre influenciada pelas dinâmicas e relações sociais, seja um espaço de investigação e pólo de construção e organização da cultura, que interaja e valorize as várias experiências sociais e culturais de seus alunos e comunidades.

Para tanto a valorização e a qualificação do trabalho dos profissionais será imprescindível. Trata-se de tornar a profissionalização dos educadores uma das principais metas nacionais para concretizar a Qualidade Social da Educação de modo a superar a extraordinária dívida social com as gerações de crianças, jovens e adultos e com os professores brasileiros. Essa compreensão torna necessária a organização de um Sistema Nacional de Formação de Educadores.

A ênfase na qualidade estará intrinsecamente articulada à democratização do acesso à educação, por isso se buscará: a ampliação da educação infantil; a universalização do ensino fundamental de nove anos; a universalização e a reestruturação profunda do ensino médio e do ensino noturno; a ampliação significativa do ensino técnico; e a continuidade das mudanças estruturais na educação do campo.

No mesmo sentido o governo investirá, em parcerias com Estados, municípios e com entidades da sociedade, na alfabetização e na educação de jovens e adultos, aliando a qualificação profissional à superação progressiva do analfabetismo. Programas de qualificação profissional e educação tecnológica têm contribuído para a reinserção de jovens e adultos nos sistemas de ensino. A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica também contribuiu para ampliar o

acesso e a empregabilidade dos jovens.

No que se refere à Educação Superior o projeto em curso no Brasil constitui-se em instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável, a soberania e a transformação social. Em sintonia com as diversidades e necessidades regionais, o projeto deve continuar a promover a ampliação da oferta e da qualidade do ensino superior por meio da expansão das Universidades Federais, do PROUNI, da discussão e aprovação das normas que regem a Educação Superior, do desenvolvimento do 6º Plano Nacional de Pós Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). O envolvimento das universidades com o projeto nacional é objetivo da maior relevância que deve continuar a ser apoiado.

Os compromissos assumidos com a educação exigirão ainda maior integração de políticas e programas federais - referimos aqui, em particular, a relação com as áreas da cultura, ciência e tecnologia, comunicação, saúde, meio-ambiente, com as políticas relativas às questões étnicas, de gênero e direitos humanos -, maior cooperação entre as três esferas de governo e articulação entre os gestores das políticas educacionais.

A função que a educação cumpre no projeto nacional implica a articulação com

outras políticas sociais – como acontece no caso do acompanhamento da frequência dos alunos de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família – de maneira a atender às necessidades específicas das pessoas em seus territórios em relação com as políticas de Estados e Municípios.

A criação de condições para a mudança dos padrões e formas de financiamento da educação nacional por meio do Fundeb, da sub-vinculação de recursos para as Universidades Federais e da continuidade dos padrões de arrecadação do salário-educação são medidas que se inscrevem no esforço maior de ampliar os recursos para educação em relação ao PIB brasileiro.

Tal esforço deve estar associado ao aperfeiçoamento dos canais e dinâmicas de participação social consagrados pela Constituição, pela lei de Diretrizes e Bases da Educação e legislação específica aos Estados e Municípios. As experiências realizadas no país, que alargaram significativamente as esferas públicas de participação social, têm demonstrado que o envolvimento dos vários segmentos da sociedade na discussão das políticas educacionais é determinante para o aperfeiçoamento da democracia no país, para a superação das desigualdades sociais e regionais e para a cooperação e integração do Brasil com vários países do mundo.

Desta feita, a realização da I Conferência Nacional de Educação, precedida pela realização de Conferências Municipais e Estaduais de Educação, será determinante para que a qualidade do diálogo e da colaboração entre governos e sociedade ganhe maior relevância e para que possamos concretizar o sonho de tornar a educação verdadeiramente uma prioridade nacional.

1. GARANTIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE E DEMOCRÁTICA

Para levar a efeito esta política no que se refere à educação formal, o governo Lula buscou assegurar – em cooperação com Estados e Municípios, responsáveis, respectivamente, pelos ensino médio, fundamental e educação infantil – a garantia à educação básica a partir da integração dos níveis e modalidades de ensino; da ampliação das condições de financiamento; da democratização progressiva do acesso (inclusive por meio de programas que diminuam as condições de desigualdade material de acesso à escola); da democratização da gestão da educação; e do compromisso com a qualidade social da educação.

O próximo governo do presidente Lula realizará uma verdadeira transformação

cultural no país por meio da educação. Embora a esfera federal não tenha a responsabilidade principal e direta pela educação básica, o empenho do governo será o de aperfeiçoar ainda mais a cooperação com Estados e Municípios, o diálogo e a mobilização da sociedade para assegurar o direito à educação básica com equidade como compromisso nacional da maior importância para o desenvolvimento sustentável do país. Desta maneira, as diretrizes são: democratização do acesso e da gestão; qualidade social da educação; e financiamento adequado, que continuarão a se desenvolver de maneira indissociável no âmbito dos quatro eixos operacionais estabelecidos pelo Ministério da Educação.



Qualidade Social da Educação

Tal qual previsto no programa apresentado ao país em 2002 o governo do presidente Lula empenhou-se em superar a dicotomia entre quantidade e qualidade que marcou o governo que lhe antecedeu (1995-2002). A política levada a efeito no governo atual está comprometida com uma concepção de educação que lhe atribui o papel de estimular a reflexão crítica, a produção criativa e a participação ativa das comunidades na vida escolar, valorizando a identidade dos educandos, suas experiências sociais e culturais, bem como respeitando seus tempos e ritmos. Considerar as características específicas de cada aluno e de suas comunidades é

fundamental para torná-los sujeitos de sua aprendizagem e para que a educação seja efetivamente inclusiva.

Para isso o MEC investiu na:

Formação dos educadores e demais profissionais da educação

Duas linhas guiaram a política de formação. A primeira, voltada à formação inicial para professores sem habilitação adequada – o PROFORMAÇÃO –, tem permitido que professores das escolas públicas que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental, em classes de alfabetização ou de jovens e adultos, curse o magistério em dois anos. Na mesma direção está em andamento o PROINFANTIL, curso de magistério também com dois anos de duração para professores de creches e pré-escolas da rede pública ou da rede privada sem fins lucrativos. O PROLICENCIATURA tem assegurado a formação de professores das escolas públicas nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio que não têm licenciatura.

A segunda linha diz respeito à formação continuada. Três são os principais programas em curso. O PROLETRAMENTO, com duração de seis meses, consiste na oferta de cursos de Português e Matemática para professores da rede pública das séries iniciais do ensino fundamental; a

REDE DE FORMAÇÃO CONTINUADA está voltada à formação de professores da educação básica nas seguintes áreas: Alfabetização e Linguagem, Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Educação Matemática e Científica, Artes e Educação Física, Gestão e Avaliação da Educação. O programa MÍDIAS NA EDUCAÇÃO qualifica os profissionais para o uso das diferentes tecnologias da educação (TV e vídeo, informática, rádio e impressos).

Além destas iniciativas o MEC contribuiu para a formação de mais de 90 mil professores da rede pública visando à melhoria do atendimento de alunos com necessidades especiais. A maior parte destes profissionais teve acesso à formação por meio do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

Nesse mesmo sentido foram implantados 18 Centros de Formação de Professores da Educação e de Atendimento aos Alunos com Surdez. Esses espaços criados para qualificar os profissionais do magistério e elaborar material didático voltado à educação bilíngüe atendem tanto a professores surdos quanto ouvintes. Também alunos com altas habilidades (ou superdotação) têm recebido atenção do governo federal: estão sendo criados núcleos em todas as unidades da federação visando a inclusão escolar, a formação de professores e o apoio aos estudantes e seus familiares.

O governo Lula também investiu, a partir da parceria entre os ministérios do Meio Ambiente e da Educação, na formação de mais de 20 mil professores em educação ambiental. Além disso, 12 mil escolas se mobilizaram para realizar duas Conferências Infanto-Juvenis de educação ambiental e para criar as comissões de qualidade de vida nas escolas.

O MEC investiu ainda na formação de professores e na produção de materiais pedagógicos para as escolas do interior do país tendo como ponto de partida o debate com outras esferas de governo e movimentos sociais a respeito do aperfeiçoamento da qualidade nas escolas do campo.

O governo Lula tem investido recursos na realização de cursos de magistério indígena e em cursos de licenciatura a partir de parcerias com as universidades federais e estaduais.

O Ministério da Educação, pela primeira vez, está investindo na formação de servidores que trabalham nas escolas fora da sala de aula. O programa PROFUNCIÓNÁRIO está formando profissionais que atuam em secretarias, na manutenção da infra-estrutura, em cantinas, portarias, laboratórios, oficinas, jardins e outros ambientes. Esta formação tem sido fundamental, pois entendemos que todos que trabalham na escola têm papel educador.



O Programa Escola de Gestores da Educação Básica tem sido importante para que a gestão das unidades educacionais se ocupe do trabalho pedagógico e, portanto, da qualidade. Também em relação à gestão da qualidade vale ressaltar a realização do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) que objetiva contribuir com o desenvolvimento das políticas educacionais nos municípios.

Avaliação de desempenho de estudantes e escolas

O MEC manteve o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb, exame amostral bienal de proficiência em Matemática e Língua Portuguesa direcionado a alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, matriculados em escolas públicas e privadas. O Saeb vem produzindo dados amostrais de desempenho dos sistemas de ensino estadual, municipal e privado.

Teve continuidade também o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – que avalia o desempenho dos alunos desse nível de ensino. A participação na avaliação passou de 157 mil em 1998, quando foi criado, para mais de 3,7 milhões de estudantes em 2006. O exame tornou-se um importante instrumento de acesso à educação superior, constituindo-se em

um dos pré-requisitos para a obtenção de bolsas de estudos concedidas pelo Programa Universidade para Todos, o PROUNI, e vem sendo considerado na composição dos processos seletivos de mais de 500 instituições de ensino superior.

A partir do exame desses processos avaliatórios o governo federal criou a Prova Brasil com o objetivo de verificar o desempenho em português e matemática de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental de todas as escolas urbanas do país. O levantamento por unidade escolar permitirá identificar experiências positivas e dificuldades das escolas, de alunos e professores.

Valorização profissional dos Educadores

Além dos investimentos em formação, o governo Lula investiu na criação de condições para estabelecimento do Piso Salarial Profissional Nacional, previsto no Fundeb.

A qualidade da educação será prioridade absoluta no segundo governo Lula.

A educação é multifatorial. Aprimorar sua qualidade, como o país necessita, exige esforços conjugados de diversos atores. União, Estados e Municípios, sociedade civil organizada e universidades têm responsabilidades distintas que devem ser conjugadas.

A ampliação do financiamento; a construção e reformas de prédios escolares; capacitação e formação de professores e de pessoal técnico; distribuição de equipamento e melhoria dos programas de atendimento aos alunos, como livros, alimentação e transporte; foram ações estruturantes voltadas para responder aos desafios da qualidade da educação básica.

Contudo, é ainda necessário que o país supere as idéias e as práticas que conduziram à fragmentação e superposição de iniciativas. É preciso caminhar para a definição de políticas que busquem tornar a escola um espaço de investigação dos vários campos da produção humana e da identidade dos alunos.

Construção, em vez de reprodução, para que todas as gerações que passam pela escola tenham direito ao conhecimento, aprendam valores como a solidariedade, o respeito e a responsabilidade.

A profissionalização dos educadores será fundamental para a garantia da qualidade.

O próximo governo do presidente Lula estará decisivamente comprometido com a profissionalização dos educadores do país. A valorização dos professores é condição fundamental para a garantia do direito à educação de qualidade. Trata-se de dar passos significativos para supera-

ção da histórica e recorrente desvalorização do professor de modo a que a sociedade e o Estado brasileiros estabeleçam padrões perenes e contínuos voltados a essa profissionalização. Para tanto, quatro áreas indissociavelmente relacionadas serão prioritárias:

- Instituição do Piso Salarial Profissional Nacional: com a implantação do Fundeb será possível estabelecer o piso em parceria com Estados e Municípios. Trata-se de recuperar progressivamente as condições salariais dos professores para que eles possam se dedicar mais tempo à escola, aos seus alunos, à investigação e à elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico da escola;
- Diretrizes Nacionais de Carreira: outro aspecto decisivo para a profissionalização é a mudança dos padrões do trabalho pedagógico nas escolas. É preciso resignificar a docência de maneira a que a jornada do professor compreenda, além das atividades de sala de aula, o tempo para investigação e trabalho coletivo na escola. À luz dessa perspectiva o governo trabalhará na produção de Diretrizes Nacionais de Carreira que incorporem, entre outros aspectos importantes, essa concepção sobre jornada de trabalho. A nova distribuição da jornada dos professores deve estar associada à ampliação progressiva da jornada dos alunos em atividades educativas;

- **Avaliação:** a avaliação do trabalho do professor é fundamental para que a perspectiva da qualidade social seja alcançada, assim como a avaliação dos alunos, da escola e dos sistemas. A avaliação não deve ser punitiva. Deve sim constituir-se em instrumento de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico individual e coletivo, isto é, deve contribuir e situar-se no processo avaliativo do projeto político pedagógico da escola e das políticas educacionais. Assim, a avaliação do trabalho do professor deve integrar um processo de avaliação mais amplo que, situado e demarcado no tempo, compreenda a avaliação dos alunos e dos sistemas educacionais de maneira a permitir o aperfeiçoamento das políticas educacionais e os planos municipais e estaduais de educação, tendo-se em conta o tempo de cada governo e as metas estabelecidas nos referidos planos.
- **Formação:** a formação e o exercício da investigação e da reflexão sobre a produção cultural devem constituir-se, definitivamente, em parte integrante do trabalho do professor. Por essa razão, a formação dos educadores deve se tornar objeto de atenção especial do Estado por meio do aperfeiçoamento da política nacional de formação. Trata-se de contribuir para a ampliação do universo cultural dos educadores e das unidades educacionais, por isso a formação deve ser multidisciplinar,

inclusive para os professores das séries iniciais do ensino fundamental. Para dar continuidade, ampliar e intensificar a formação dos professores seja nos programas de formação inicial seja de formação continuada será estabelecido um Sistema Nacional de Formação e será criado o Instituto Nacional de Educação, uma espécie de CAPES da Educação Básica, que articule o Sistema Universidade Aberta do Brasil, os programas de formação existentes e novos programas, inclusive em nível regional por meio de pólos locais. Merecerá ênfase, na esteira dessa política, a universalização da formação inicial para professores inabilitados.

Metas gerais para alcançar a qualidade social em todos os níveis e modalidades de ensino

- Assegurar atendimento Integral à criança por meio do programa Mais Escola que, focado na escola pública, terá como objetivo torná-la um centro de gravidade das ações voltadas para a inclusão de crianças, adolescentes e jovens. Assim os pontos de cultura, esportes (como o programa Segundo Tempo), trabalho e desenvolvimento social deverão estar articulados em um único programa federal. O programa federal para ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas e em outros espaços públicos deve es-

tar também articulado às políticas de governos estaduais e municipais com a mesma finalidade de modo a incentivar que os municípios brasileiros se tornem municípios educadores, isto é, que, intencionalmente, atribuam papel educativo ao conjunto de suas políticas e ações.

- Unificar os programas de juventude do governo federal em particular, PROJovem, PROEJA, Escola de Fábrica, Agente Jovem, Soldado Cidadão e Consórcio Social da Juventude com o objetivo de atender necessidades e ampliar as possibilidades das várias juventudes existentes no país de acesso a cultura e ao mundo do trabalho. Como no caso do Mais Escola esta política deve estar articulada a outras iniciativas presentes nos municípios ou deve se constituir em ponto de partida para desenvolvimento de iniciativas locais.

As políticas federais assim concebidas e desenvolvidas terão duplo papel: de um lado permitir ampliação e maior qualidade do atendimento às crianças e jovens, de outro, incentivar os Municípios e Estados a aperfeiçoarem suas políticas a partir de uma intencionalidade educativa coerente com a perspectiva de uma educação ao longo da vida. Vale indicar que o município educador deve nascer da vontade dos governos, mas, principalmente da sociedade, visando assegurar o direito de todos: crianças, jovens, adul-

tos e idosos a usufruir e compreender o patrimônio social e cultural de cada lugar.

- Aperfeiçoar os processos de gestão da educação em nível dos Estados, Municípios e unidades educacionais. Tendo como referência os Planos Estaduais, Municipais e os projetos político-pedagógicos das escolas o MEC, por meio do aprimoramento de processos de gestão e formação já existentes, buscaremos incentivar o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam a integração de ações e projetos visando potencializar recursos e resultados;
- Promover, através das escolas públicas de ensino fundamental e médio, ampla inclusão digital com adequada capacitação de professores e gestores;
- Dar continuidade aos programas nacionais de avaliação: Saeb, Enem e Prova Brasil. O governo incentivará a realização de avaliação externa e interna dos sistemas educacionais de Estados e Municípios de modo a permitir que os gestores aperfeiçoem e replanejem a política educacional a cada ano, em diálogo com as unidades educacionais. O Saeb também será aperfeiçoado e a avaliação será estendida a outras áreas do conhecimento, além de português e matemática;
- Fortalecer e ampliar os programas de leitura, em todos os níveis e modalidades, a partir da educação infantil, por

meio da formação de mediadores de leitura e da garantia de distribuição de livros já mencionada;

- Apoiar os Estados e Municípios no desenvolvimento de ações específicas, que, articuladas com a política educacional voltada à qualidade social, contribuam para a superação da defasagem idade/série/ciclo e permitam a redução dos níveis atuais da evasão e da repetência.

Metas específicas para os níveis e modalidades de ensino voltadas a garantia da qualidade social da educação

- Garantir qualidade à Educação Infantil e apoiar a produção de material didático específico;
- Estabelecer medidas para que o trabalho das instituições de educação infantil esteja sob responsabilidade da área da educação em todos os níveis de governo;
- Dar apoio pedagógico às redes municipais para a universalização do ensino fundamental de nove anos;
- Promover a revisão das orientações curriculares para o Ensino Fundamental;
- Apoiar os Estados na reestruturação do ensino médio e na integração com a formação profissional;
- Apoiar Estados e Municípios na tarefa de realizar uma profunda reestruturação dos cursos noturnos;

- Apoiar as secretarias municipais e estaduais de educação na reestruturação da educação no campo, buscando combinar consideração das especificidades e elevação dos padrões de qualidade. Nessa direção deverá ser ampliado o programa Saberes da Terra, realizado em parceria com os Estados, Municípios e movimentos sociais;
- Fortalecer as instituições dos povos indígenas para a oferta de educação adequada ao projeto de futuro de cada povo respeitando seus valores e tradições. Para isso, será necessário ampliar a produção de material didático e cultural bilíngüe e multilíngüe para os povos indígenas;
- Expandir significativamente as ações do programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade para que os sistemas educacionais se tornem efetivamente inclusivos por meio das seguintes ações: expansão da difusão do uso e ensino de Libras com a ampliação da formação inicial e continuada de docentes e dos tradutores e intérpretes; expansão da formação docente para o ensino do Sistema Braille; expansão das ações de produção e distribuição de material didático e pedagógico nas diferentes áreas de deficiência e altas habilidades; fortalecer os Núcleos de Atividades das Altas habilidades/Superdotação implantados em todos os estados; ampliar o programa Salas de Recursos Multifuncionais, visando ga-

rantir condições de acessibilidade curricular dos alunos com deficiência.

- Promover ampla formação de professores nos temas de história da África e da cultura afro-brasileira, de modo a reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural do país. A formação dos educadores deve também estar voltada à questão da deficiência; ao respeito às distintas orientações sexuais, superação dos preconceitos quanto a gênero, fortalecendo a educação inclusiva, não sexista e anti-racista.

Democratização do acesso e das condições de permanência na escola

O governo do presidente Lula procurou criar as condições estruturantes para garantir o acesso à educação básica buscando superar a dicotomia quantidade e qualidade que marcou o governo anterior (1995-2002).

Como apontamos, não obstante o fato de o governo federal não ter responsabilidade direta na oferta da educação infantil, do ensino fundamental e médio o compromisso com a educação, nos marcos da legislação vigente, fez com que o governo se empenhasse no cumprimento das determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e das metas do Plano Nacional de Educação. Por essa razão a política voltada à democratização do acesso não esteve circunscrita apenas à ampliação de vagas.

A primeira destas condições foi a ampliação expressiva do programa Bolsa Família voltado aos segmentos de baixíssima renda. Como o projeto prevê que a família assegure que as crianças em idade escolar assistam a pelo menos 85% das aulas, o MEC, com o objetivo de aprimorar o monitoramento sobre a frequência escolar dos alunos e aperfeiçoar o repasse de recursos federais, criou o Projeto Presença, por meio do qual foi elaborado um novo cadastro dos estudantes e professores da educação básica pública.

O compromisso com a educação básica, visando superar as políticas de focalização voltadas apenas à universalização do ensino fundamental, teve como um de seus elementos fundamentais a proposta de criação do Fundeb.

O governo, por meio do novo fundo, aumentará os recursos federais para a educação básica, contribuindo para que se estabeleça uma visão integrada dos níveis e modalidades nela compreendidos e a elevação do número de alunos atendidos para 48 milhões, além das matrículas nos cursos de jovens e adultos. Desta maneira o aporte de recursos deverá permitir a universalização do ensino médio e a ampliação significativa do atendimento à educação infantil.

Também para ampliar as condições de acesso foi aprovado e vem sendo implan-

tado o ensino fundamental de nove anos, a partir da cooperação entre governo federal, Estados e Municípios.

A política de inclusão materializou-se também nas matrículas de pessoas com deficiência: entre 2002 e 2005 foram 150 mil novos alunos matriculados em classes comuns no país. Em todo o sistema de ensino, incluindo as instituições especializadas, entre 2003 e 2005, houve um crescimento dos atendimentos superior a 40%. Foram criadas outras condições materiais para esse atendimento: distribuição de obras clássicas em Libras para 36.000 alunos surdos, livros pelo Sistema Braille beneficiando cerca de 3,5 mil alunos das escolas públicas de ensino fundamental e instituições especializadas sem fins lucrativos. No mesmo sentido, foram instalados laboratórios de informática em 500 escolas inclusivas.

Além disso, antes mesmo da aprovação do Fundeb, o governo federal comprometeu-se com a garantia de ensino médio de qualidade por meio do Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica – Prodeb repassou cerca de R\$ 1 bilhão, entre 2004 e 2006, para investimentos em todos os Estados e Distrito Federal.

Também foram destinados recursos para construção e ampliação de 376 escolas indígenas de 90 povos. Esses incentivos

têm permitido um aumento expressivo das matrículas no ensino fundamental e especialmente no ensino médio.

As condições de oferta do transporte escolar foram ampliadas assegurando que, pela primeira vez, todos os municípios com alunos residentes em áreas rurais recebessem recursos do governo federal para esse fim. Em três anos, os investimentos foram da ordem de R\$ 570 milhões e, em 2005, atendeu 3,3 milhões de alunos.

Os valores per capita para o Programa Nacional de Alimentação Escolar especialmente para educação infantil, para o ensino fundamental, comunidades indígenas e quilombolas foram significativamente aumentados. O governo investiu no controle social sobre o programa e em sua articulação com a agricultura familiar.

O governo assegurou a ampliação do programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para escolas públicas de ensino fundamental e instituições de ensino especial mantidas por entidades filantrópicas registradas no Conselho Nacional de Assistência Social.

O Programa Nacional de Biblioteca Escolar tem sido fortalecido, nos últimos três anos o número de alunos beneficiados passou de 6,8 milhões para 17 milhões e assegurou o envio de 7,8 mil kits a profes-

sores do ensino médio e 17,8 mil kits para as escolas públicas e secretarias estaduais de educação. O kit contém um livro para o professor, uma gramática e dois dicionários (bilíngüe e monolíngüe) visando o aprendizado da língua espanhola: o Ministério está apoiando os Estados para que, no máximo, em cinco anos o ensino da língua espanhola seja oferecido em todas as escolas de ensino médio do país.

Com vistas à qualificação da educação, o governo assegurou o incremento do uso de tecnologias educacionais inovadoras em sala de aula distribuindo computadores para a instalação de laboratórios de informática por meio do Programa Nacional de Informática na Educação-PROINFO, bem como aparelhos de DVD, e mídias DVD com os programas da TV Escola-Programa DVD-Escola. Outra conquista foi a ampliação do Programa Nacional do Livro Didático voltado inicialmente apenas ao ensino fundamental e que foi estendido agora ao Ensino Médio com a distribuição de livros de Português e Matemática para todas as escolas. Foram ainda distribuídos 6,4 milhões de dicionários e 6 milhões de livros de literatura nas escolas públicas.

As políticas voltadas à garantia do acesso e a permanência nas escolas serão ampliadas, em cooperação com Estados e Municípios, com o cumprimento das seguintes metas.

Metas gerais para democratização do acesso em toda a educação básica a partir da cooperação com Estados e Municípios

- Após a aprovação do Fundeb, assegurar sua regulamentação e implantação progressiva;
- Considerando que a União é a principal responsável pelo ensino superior no país, os Estados são os responsáveis diretos pelo Ensino Médio e os municípios pela Educação Infantil e Ensino Fundamental, comprometemo-nos trabalhar por:
- Ampliação progressiva do atendimento à educação infantil;
- Universalização do ensino fundamental de nove anos;
- Universalização do ensino médio no país, enfatizando sua integração à formação profissional. Trata-se de assegurar que o jovem se mantenha na escola até a conclusão dos estudos;
- Ampliação e reestruturação do Ensino Noturno;
- Ampliação do Colégio Pedro II e o papel dos Colégios de Aplicação das IFES;
- Fortalecimento e ampliação do programa de alimentação escolar, promovendo educação nutricional e vínculo com os agricultores familiares dos municípios;
- Fortalecimento do programa da saúde escolar em interface com o Minis-

tério da Saúde;

- Fortalecimento e ampliação do programa de transporte escolar;
- Contribuir para que sejam garantidas progressivamente todas as condições de acessibilidade a alunos e alunas com deficiência;
- Equipar as escolas de ensino fundamental, com mais de 100 alunos, e todas do ensino médio com laboratórios de informática PROINFO conectados à rede de Internet em banda larga. Equipar todas as escolas de ensino médio e todas do fundamental com mais de cem alunos de DVDtecas, acesso à TVESCOLA digital e em breve interativa, e com laboratórios de informática PROINFO conectados à rede da internet;
- Assegurar investimentos para criação de escolas regulares nas zonas rurais e assentamentos agrários;
- Consolidar a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil, em parceria com Estados, Municípios e União e com instituições do sistema federal de educação superior, estabelecendo uma ponte entre os compromissos da educação superior na qualificação da educação básica e as redes públicas estaduais e municipais do ensino fundamental e médio.

Democratização da Gestão

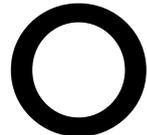
A garantia do direito à educação básica

e da dimensão social de sua qualidade estão inescapavelmente associadas à sua gestão em bases democráticas. Isto significa incentivar a participação da sociedade e das comunidades escolares a debater, sobretudo, políticas educacionais e o processo de sua realização, em todos os níveis. Por tais razões o segundo governo do presidente Lula investirá no (a):

- Fortalecimento do PROCONSELHO, Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação;
- Fortalecimento dos Conselhos Escolares por meio da formação de conselheiros e gestores educacionais e do aperfeiçoamento da legislação visando à garantia de sua existência;
- Avaliação e fortalecimento dos conselhos de controle social;
- Fortalecimento de políticas que permitam a democratização dos processos de definição das direções de escolas;
- Garantia de ampliação dos processos de formação e criação de mecanismos que favoreçam a interlocução entre os conselhos de modo a permitir maior qualificação da representação e da participação;
- Ampliação o Programa Escola Aberta fortalecendo os laços entre a comunidade e a escola para que esta, como já apontado, se constitua em pólo de produção e organização cultural com atividades esportivas, de lazer, artísticas e sociais;

- Fortalecimento das ações de proteção da criança, do adolescente e do jovem em situação de risco social, articulando as redes de proteção e envolvendo as instituições de educação superior na formação de recursos humanos em defesa e para a garantia do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

 Brasil é o país da diversidade e da desigualdade. É preciso continuar a fomentar políticas de educação que contribuam para superar as diversas formas de desigualdade e promover a diversidade como um valor que enriquece a sociedade brasileira.

A diversidade tem muitas faces. Há diversos segmentos da população que necessitam de apoio específico em educação para que a diversidade não seja um fator de desigualdade. Assim, deficientes, populações indígenas, do campo e dos quilombos, as crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social necessitam de políticas específicas, situadas no âmbito da política educacional, que levem em conta as demandas particulares de cada grupo, de tal forma que se realize o compromisso da sociedade de garantir educação para todos e todas. Por tais razões ainda que

todas as políticas específicas aqui enunciadas situem-se no âmbito da educação básica, optou-se por tratá-las em particular de modo a evidenciar o empenho do governo Lula no sentido de que a diversidade não seja mais razão de desigualdade no país.

Culturas Indígenas

No caso das culturas indígenas, cabe fortalecer seu direito a projetos de futuro tendo como ponto de partida a educação. São mais de 200 povos, 190 línguas distintas, distribuídos no território nacional. O primeiro Governo Lula promoveu a correta identificação das escolas indígenas no censo escolar, registrando um aumento de 36% no número de escolas e de 40% no número de matrículas, no período 2002/2005. Isto significa que hoje há mais de 164 mil estudantes indígenas, em grande parte atendidos por professores indígenas e recebendo educação bilíngüe ou mesmo multilíngüe. Como já indicamos, a produção de material didático específico foi ampliada e hoje essas escolas contam com livros e outros recursos didáticos adequados à realidade cultural de seus alunos. Há, no entanto, imensos desafios, como a ampliação da oferta de vagas da 5ª a 8ª séries e no ensino médio. A visão sistêmica que orienta as políticas do MEC tornou possível a criação de cursos de licenciatura específicos para a formação de professores in-

dígenas, através de um programa desenvolvido em parceria com universidades federais e estaduais.

Também como já apontamos o Governo Lula promoveu a construção de escolas e a revisão dos valores da alimentação escolar, aumentando em mais de 200% os recursos destinados às populações escolares indígenas.

Populações do Campo

Quanto às populações do campo, essas ainda sofrem imensas desvantagens no acesso à educação de qualidade e necessitam de políticas educacionais que respeitem e valorizem os saberes de que são portadores, garantindo acesso, permanência e sucesso para os alunos. O diagnóstico da educação do meio rural brasileiro é preocupante: segundo dados da PNAD 2004, 29,8% da população adulta (de 15 anos ou mais) da zona rural é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%. Quando se verificam os dados de acesso de crianças, adolescentes e jovens à educação, enquanto o atendimento da faixa etária de 7 a 14 anos é de 95,5%, do grupo de 15 a 17 anos apenas 71,8% têm acesso à escola, em grande parte com distorções na relação prevista para idade/série. Das escolas de educação básica na área rural, em especial aquelas que oferecem o ensino fundamental, o Censo Escolar 2005 mostrou que 59%

são formadas exclusivamente por turmas multisseriadas ou unidocentes. Essas escolas atendem a 24% das matrículas. O perfil dos professores também apresenta importante defasagem com relação às áreas urbanas, tanto do ponto de vista da formação quanto da remuneração.

A resposta a esses desafios deve contar com a participação dos entes federados que oferecem educação na área rural e também com os movimentos sociais que, de modo persistente, lutam em defesa de uma educação adequada à realidade do campo, valorizando suas experiências e saberes. As turmas multisseriadas, por exemplo, podem ser uma alternativa desde que haja a necessária capacitação dos professores envolvidos, material pedagógico adequado e, principalmente, infraestrutura básica. Dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, com conhecimento e respeito pelas práticas culturais que exercitam, é uma das soluções para a oferta de educação de qualidade no ensino fundamental.

Ao contrário da antiga tradição das políticas brasileiras que tratavam o campo como uma realidade subalterna à dimensão urbana, o Governo Lula deve trabalhar para valorizar a experiência destas populações, criando condições para que a educação participe ativamente desse reconhecimento, contribuindo para que a vida do campo seja uma alternativa digna e promissora.

Os afrodescendentes e as populações quilombolas

Razões históricas fizeram com que aos homens e às mulheres afrodescendentes fossem negadas as mesmas condições de acesso e permanência em todos os níveis do sistema educacional que aos demais segmentos da população brasileira, além de terem sido reduzidos seus espaços na produção cultural e de terem sido ofuscados seus papéis na construção da sociedade brasileira em muitos aspectos.

É o caso, por exemplo, da educação nas áreas remanescentes dos quilombos. As populações vivem dificuldades semelhantes a das populações do campo, com aspectos ainda mais críticos. A expressão quilombo, de origem africana, é pouco considerada em sua dimensão política. Os quilombos têm uma intrínseca relação com a história social brasileira, como expressão das lutas pela liberdade e autonomia que o Brasil conheceu ao longo de sua história.

O acesso à escola para as crianças é difícil, os meios de transporte são insuficientes e inadequados, e o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas. Raramente os/as alunos quilombolas vêem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos.

Medidas e ações políticas tomadas durante o primeiro mandato do presidente Lula precisam ser continuadas, outras devem ganhar maior profundidade e outras ainda discutidas e introduzidas com toda a firmeza. Entre elas:

- Cumprir integralmente a Lei 10.639/03, promovendo amplamente a formação de professores em história da África e em cultura afro-brasileira;
- Reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural do país;
- Fortalecer ações que conduzam à aceitação e valorização das diferenças em todos os níveis de formação, trabalhando pela superação do racismo e pela promoção da paz social;
- Realizar ações que estimulem o acesso e a permanência e reduzam a evasão das populações afrodescendentes de todos os níveis de ensino, promovendo a igualdade educacional entre segmentos raciais diversos;
- Promover uma escola de qualidade nas áreas de remanescentes de quilombos de modo a atender ao direito à educação dessas populações;
- Garantir que os materiais didáticos proporcionem o conhecimento e a valorização de aspectos significativos da história e cultura da população negra brasileira. A formação deve capacitar os professores para a elaboração de currículos, utilização de metodologias e materiais didáticos específicos que

demonstrem a realidade das comunidades quilombolas e contribuam para seu desenvolvimento e valorização.

Inclusão das pessoas com deficiência.

A educação para todos deve ter na escola inclusiva seu espaço de plena realização. Por isso, o Governo Lula desenvolveu políticas para o atendimento a estudantes, em todos os níveis, com necessidades educacionais especiais. Como já apontamos, foram formados professores e gestores, distribuídos livros em braile, livros digitais em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e esses esforços de inclusão receberam a aprovação das famílias: as matrículas de alunos com deficiências em escolas comuns mais do que dobrou no período 2002/2005. Em todo o sistema de ensino, que inclui também as instituições especializadas, houve o crescimento de 40% das matrículas. Esse movimento é crescente e o primeiro governo Lula inovou ao criar o primeiro curso de licenciatura em Libras, no Instituto Nacional de Educação de Surdos. É preciso avançar tanto na construção de condições de acessibilidade física das escolas, de todos os níveis, como na formação dos profissionais da educação para que atendam adequadamente aos estudantes. Vale reafirmar que há políticas também voltadas para alunos com altas habilidades, através de parcerias com os Estados e o Distrito Federal.

Crianças, Jovens e Adolescentes e as Situações de Vulnerabilidade Social.

Entre os grupos que necessitam de atenção específica estão as crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, quer pelos riscos da violência e do trabalho infantil, quer pelo problema da exploração sexual. As políticas sociais que visam atender a estes públicos têm, na escola, um ponto de referência fundamental. Nesse sentido, a condicionalidade da frequência escolar para o acesso aos benefícios do Programa Bolsa Família tem se revelado um importante instrumento de indução para a manutenção das crianças na escola assim como tem permitido, em parceria com municípios e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, um controle eficaz da frequência e dos motivos da ausência. Através das redes de proteção à criança e ao adolescente, as informações da frequência escolar têm contribuído para o combate à evasão e para o acompanhamento dos fatores que geram a exclusão.

A violência e os conflitos sociais hoje alcançam as escolas e vêm afetando tanto o desempenho de alunos como de professores e dos demais profissionais. É necessário que a educação em direitos humanos passe a integrar o rol de interesse da vida escolar. Não se trata de incluir mais uma disciplina, mas de promover atividades,

hábitos e atitudes que tenham como referência a agenda dos direitos humanos e a resolução pacífica de conflitos envolvendo debate com a comunidade de forma dialógica. Nesta agenda estão questões como a educação em saúde, o respeito à diversidade de orientação e identidade sexual, o combate às atitudes sexistas e racistas e demais preconceitos. A escola inclusiva tem, de fato, grandes desafios que não poderá enfrentar de modo isolado, quer pelo próprio professor, quer pela escola. Por isso precisa estar amparada nas políticas das secretarias de educação, em redes de apoio institucional e na participação da comunidade que tem sido uma forma de contribuir para o fortalecimento da escola como referência da vida coletiva. A gestão democrática, que envolve a participação de todos os segmentos no cotidiano da vida escolar, supõe maior aproximação das famílias e das comunidades nas definições e acompanhamento dos destinos da educação.

Importa destacar uma vez mais que a qualidade social da educação implica a consideração nos processos pedagógicos das distintas realidades nacionais, de modo a valorizar as experiências, saberes e culturas do nosso país.

O programa do segundo governo do Presidente Lula deve, no campo da diversidade, desenvolver um conjunto de ações com vistas à promoção da escola inclusiva:

- Articular os programas de educação, como o PRONERA (MDA) de modo a fortalecer as ações voltadas às crianças, jovens e adolescentes do campo;
- Construir escolas no campo e promover, em parceria com as IFES, cursos específicos para a formação de educadores do campo, em todos os níveis e modalidades, de modo a valorizar a cultura e as tradições do campo;
- Fortalecer e ampliar o programa Saberes da Terra, em parceria com Estados, Municípios e movimentos sociais, de modo a garantir o acesso de jovens à educação escolar e profissional adequada à realidade do campo;
- Na educação indígena, fortalecer as instituições dos povos indígenas para a oferta de educação adequada ao projeto de futuro de cada povo, respeitando seus valores e tradições;
- Ampliar a formação de professores indígenas, em parceria com as IFES, para todos os níveis e modalidades;
- Garantir o repasse de valores diferenciados para a alimentação escolar indígena e quilombola promovendo a valorização das tradições nutricionais de cada povo;
- Ampliar a produção de material didático e cultural bilíngüe e multilíngüe para os povos indígenas;
- Universalizar a adoção das diretrizes para a política nacional de educação escolar quilombola e os parâmetros curriculares estabelecidos pelo Conse-

lho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação;

- Proceder ao reconhecimento oficial e à regularização de todos os estabelecimentos de ensino localizados nas áreas de remanescentes de quilombos;
- Estimular a implantação da Lei 10.639/03 e promover ampla formação de professores nos temas de história da África e da cultura afro-brasileira, de modo a reconhecer e valorizar a diversidade étnica e cultural do país;
- Expandir a difusão do uso e ensino da Libras com a ampliação da formação inicial e continuada de docentes e dos tradutores e intérpretes;
- Expandir as ações de produção e distribuição de material didático e pedagógico para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais nas diferentes áreas de deficiência e altas habilidades/ superdotação;
- Ampliar o Programa Escola Aberta, como já indicado;
- Fortalecer as ações dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação – NAAH/S implantados em todos os estados.
- Expandir a formação docente para o ensino do sistema Braille;
- Fortalecer os programas de educação para a diversidade, promovendo a formação de profissionais para a valorização da diversidade étnico-racial, respeito às distintas orientações sexuais, superação dos preconceitos quanto à

gênero, fortalecendo a educação inclusiva, não sexista e anti-racista;

- Fortalecer as ações de proteção da criança, do adolescente e do jovem em situação de risco social, como apontado anteriormente.

3. ALFABETIZAÇÃO

O Brasil conta com mais de 60 milhões de pessoas, com 15 anos ou mais, que não completaram o ensino fundamental. Destas, mais de 30 milhões não concluíram quatro anos de estudos – são considerados analfabetos funcionais – sendo que 14 milhões são analfabetos absolutos. A educação de jovens e adultos é um desafio urgente para atender o direito de acesso à educação deste imenso contingente de cidadãos e cidadãs. Além das dimensões do direito e do desenvolvimento social, investir na educação de jovens e adultos é investir na melhoria da qualidade da educação como um todo. É importante lembrar que os filhos desses jovens e adultos estão nas escolas e, uma vez que a escolaridade dos pais influencia positivamente a educação dos filhos, a educação de jovens e adultos também tem impacto no acesso, na permanência e no sucesso das crianças, adolescentes e jovens na educação básica, contribuindo para a universalização desse nível e para a redução das taxas de reprovação, repetência e evasão escolar.

A experiência tem demonstrado que a alfabetização de jovens e adultos deve ser compreendida como a etapa inicial para a educação continuada, ao longo da vida. Portanto, não serão campanhas episódicas que garantirão o exercício desse direito. É preciso que a alfabetização de jovens e adultos esteja articulada com a oferta dos segmentos iniciais da educação fundamental e, sempre que possível, esteja igualmente articulada com a capacitação profissional para a geração de emprego e de renda. A integração da política de educação de jovens e adultos com outras ações sociais é fundamental para que o domínio, por parte dos educandos, das novas habilidades seja efetivamente o portal de acesso a uma nova condição de inserção social, de forma que se estimule a utilização cotidiana e crítica dos instrumentos de leitura e escrita. É preciso, portanto, associar programas de acesso ao livro e de promoção da leitura para que os recém alfabetizados possam participar, em seu ritmo e a seu modo, do imenso universo de conhecimento a que têm direito.

Nosso país conta com larga experiência na educação de jovens e adultos. Paulo Freire nos deixou um exemplo, reconhecido em todo o mundo, de defesa desse direito e nos legou concepções para assegurar que a alfabetização e a educação de jovens e adultos sejam processos de reconhecimento e valorização dos saberes

construídos ao longo da vida. As habilidades de ler, escrever e contar (palavras, números e o mundo) são instrumentos de emancipação dessas pessoas e condição para o pleno exercício da cidadania.

Há inúmeras e significativas experiências de educação popular, práticas de educação não formal que têm contribuído – e devem continuar a contribuir – para ampliar as alternativas de acesso à informação e para desenvolver concepções, métodos e formas de organização do trabalho educativo fundamentais para todos os processos de educação de jovens e adultos. Em diálogos com estas iniciativas, cabe ao poder público ampliar o acesso à educação formal, assumindo a responsabilidade que lhe é própria na garantia do exercício desse direito.

Por tudo isso, é necessário que as políticas de alfabetização e de educação de jovens e adultos:

- Sejam implantadas pelo poder público – União, Estados e Municípios – com a participação de entidades da sociedade civil comprometidas com a promoção do direito à educação e com valorização dos saberes e experiências desses sujeitos. Cabe ao poder público estimular e garantir a continuidade dos estudos, de modo que a alfabetização seja, de fato, a retomada da participação no ciclo educativo, que deve se es-

tender ao longo da vida;

- Estejam associadas a programas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda;
- Estejam associadas a políticas de acesso ao livro e de promoção da leitura, assim como a outros programas que valorizem as culturas locais, nacional e universal, permitindo a superação das barreiras que tendem a isolar os analfabetos, absolutos e funcionais;
- Sejam concretizadas através de metodologias participativas e de reconhecimento do saber desses sujeitos, promovendo a auto-estima e a valorização de suas experiências sociais, políticas e culturais.

Na educação de jovens e adultos, através do Programa Fazendo Escola, o governo Lula apoiou mais de quatro mil municípios na formação de professores, material didático, e fortaleceu a articulação com o Programa Brasil Alfabetizado, oferecendo oportunidades para a continuidade nos estudos. Um fato de maior relevância é a inclusão da modalidade de educação de jovens e adultos na pauta de financiamento do Fundeb, superando a exclusão que sofreu quando da criação do Fundef.

Assim, o segundo mandato do Presidente Lula, na área da alfabetização e educação de jovens e adultos, deve:

- Fortalecer a participação de Estados e Municípios no Programa Brasil Alfabetizado, articulando com a ampliação da oferta de vagas no primeiro segmento do ensino fundamental;
- Ampliar a articulação entre o Programa Brasil Alfabetizado e os beneficiários do Programa Bolsa Família, de modo que a alfabetização seja um instrumento de emancipação;
- Ampliar a oferta de EJA com qualificação profissional, articulada com as turmas do Programa Brasil Alfabetizado;
- Ampliar a articulação entre Programa Brasil Alfabetizado e os programas de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida, em parceria com outros ministérios, Estados, Municí-

No primeiro governo Lula, a alfabetização de jovens e adultos tornou-se meta presidencial e alcançou 7,3 milhões de pessoas. A educação de jovens e adultos – etapa complementar à alfabetização – teve seu financiamento ampliado, em valores e em cobertura, alcançando todos os municípios e Estados da federação. Iniciou-se a implantação de políticas de livro e leitura, com a seleção de obras elaboradas especificamente para este público. Além disso, foram criadas ações para o atendimento de segmentos específicos, como pescadores, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, populações prisionais e participantes do Programa Bolsa Família.

- Promover o Programa Literatura para Todos, distribuindo as obras para alfabetizados e alfabetizadores e realizando novos concursos;
- Instituir programas de certificação de competência e elevação de escolaridade para jovens e adultos;
- Articular os programas de qualificação profissional em execução no governo federal com vistas ao fortalecimento da elevação de escolaridade;
- Ampliar o programa de educação de jovens e adultos nas prisões, articulado com desenvolvimento de capacitação profissional e com formas novas de organização do trabalho – economia solidária.

4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A ampliação da educação profissional e tecnológica – EPT – é essencial para garantir ao país as condições necessárias para o desenvolvimento econômico sustentável. O governo anterior havia estabelecido normas que impediam a ampliação da rede federal e também havia vetado a integração entre o ensino médio e o ensino profissional e tecnológico. O reordenamento da educação profissional tornou-se uma necessidade imperiosa tanto para dar consequência ao disposto na LDB, como para

articulá-la ao projeto de desenvolvimento. O Dec. 2.208, de 1997, que impedia a integração entre a educação profissional e o ensino médio, foi revogado pelo Presidente Lula, resgatando a concepção de educação defendida pela comunidade educacional e possibilitando a implantação de políticas voltadas para a inserção social de jovens e adultos, sintonizadas com o desenvolvimento socioeconômico regional. A partir da revogação do decreto, os Estados foram apoiados financeiramente para a adoção do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, um programa que merecerá apoio para sua expansão e fortalecimento.

Além dessa nova alternativa aos estudantes do ensino médio regular, a educação profissional e tecnológica também passou a oferecer a jovens e adultos novas portas de entrada no mercado profissional e a retomada de sua trajetória escolar. Assim, a criação do PROEJA, que atende jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental, abre caminhos para a profissionalização de um segmento até então alijado do processo de inclusão educacional. O projeto Escola de Fábrica, por sua vez, oferece iniciação profissional para estudantes de 18 a 24 anos que ainda cursam o ensino fundamental em escola pública. Em parceria com os municípios e a Secretaria Nacional de Juventude foi criado o Projovem, que alia a conclusão do ensino fundamental à iniciação profissional.



Se os sistemas brasileiros de educação ainda sofrem forte evasão, em todos os níveis, programas como Proeja, Projovem e Escola de Fábrica tornam-se fatores importantes para motivar o retorno dos jovens à escola e oferecer alternativas de profissionalização que têm impacto na geração de emprego e renda para essa população e na qualificação do mercado profissional brasileiro.

A expansão também ocorreu através do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Entre 1997, data da criação do programa e 2005, só haviam sido realizados 24 convênios. Somente em 2006, com o redesenho do programa, foram concluídos 177 convênios, prevendo o repasse de recursos para os sistemas estaduais e entidades comunitárias – organizações não-governamentais, fundações e sindicatos – para ampliação e reforma de prédios, capacitação de profissionais e aquisição de equipamentos. O reordenamento da educação profissional e tecnológica também se verificou na rede federal, mantida pela União. O governo anterior havia vetado a expansão da rede federal através da Lei 9.649 de 1998. Com a Lei 11.195, de 2005, o governo do Presidente Lula passou a fomentar a expansão da Rede Federal, com a implantação de cinco novas escolas técnicas, quatro novas escolas agro-técnicas e 33 unidades descentralizadas, vinculadas aos Centros Federais de Edu-

cação Tecnológica (CEFET's). Das 42 novas escolas, 28 estarão concluídas em 2006. A rede federal, em sua expansão, foi levada a regiões do país, como Amapá, Acre, Mato Grosso do Sul e o próprio Distrito Federal que nunca contaram com escolas desse tipo. Para dar sustentação à expansão, foram realizados concursos e contratados, no período 2003/2005, 4,5 mil profissionais, entre docentes e técnicos, o que representa oito vezes o total de vagas autorizadas entre 1995 e 2002. Além da expansão da rede, 18 escolas comunitárias, que haviam sido criadas no governo anterior, foram federalizadas, visto que não alcançaram condições de financiamento.

Além disso, foi criada, em outubro de 2005, a primeira Universidade Tecnológica do país, a partir do credenciamento do CEFET-PR. As universidades tecnológicas são instituições que ofertam EPT em cursos superiores de graduação e pós-graduação, técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada, sendo modelo singular, sempre em sintonia com o mundo produtivo e as necessidades regionais, apresentando uma proposta diferenciada para a interiorização da educação superior.

A educação profissional e tecnológica, no governo Lula, atende a diretrizes nítidas: a intrínseca inter-relação entre conhecimentos científicos, técnicos e tec-

nológicos e a formação de base, de modo que jovens e adultos adquiram conhecimentos necessários à sua inserção no mercado profissional e também uma visão crítica do mundo e da sociedade brasileira. O compromisso da política é que esta modalidade de ensino seja elemento fundamental para a universalização da educação básica, de forma a conduzir seus jovens a uma posição de sujeitos na história de suas vidas e de seu país.

A valorização da educação profissional e tecnológica também alcançou o nível superior através da atenção dada à carreira de tecnólogos. Formados em cursos superiores com duração média de três anos, os tecnólogos cumprem função essencial para o desenvolvimento sustentável. A versatilidade de sua formação oferece condições de acesso ao emprego, ao mesmo tempo em que amplia a participação dos jovens na educação superior. No entanto, não havia uma orientação clara quanto às definições de cada especialidade, tornando a oferta desses cursos aleatória e sem vínculos nítidos entre a denominação, a carga horária e o perfil profissional. Com a criação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o governo do Presidente Lula contribuiu para dar maior organicidade à oferta de cursos dessa natureza, ampliar a visibilidade da carreira de tecnólogo e articular competências e a estruturação curricular de cada área ofertada.

Por sua grande importância, a educação profissional e tecnológica tem grandes desafios a superar. É necessário ampliar as redes – federal estaduais e municipais – que oferecem a educação profissional, em sintonia com as demandas locais, de modo a garantir elevação de escolaridade e qualificação profissional adequada. É necessário ampliar as alternativas para os jovens do campo, oferecendo formação profissional compatível com os valores e práticas de cada região do país.

A articulação das ações de governo no campo da formação, qualificação e re-qualificação profissional é um caminho importante a ser trilhado para ampliar a cobertura da oferta de cursos, promover a complementaridade da formação e otimizar os recursos existentes. As parcerias, em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego, e as iniciativas de economia solidária são estratégias decisivas para a inclusão, com qualidade, de jovens e adultos.

O segundo mandato do Presidente Lula, na educação profissional e tecnológica, assume como metas gerais:

- Ampliar a rede federal de escolas de educação profissional e tecnológica;
- Ampliar a rede de Centros Federais de Educação Tecnológica;
- Adequar, com obras e equipamentos, escolas das redes municipais de educa-

ção profissional e tecnológica;

- Apoiar, com obras e equipamentos, o funcionamento das Escolas Família Agrícola e Casas Famílias Rurais para oferecer educação profissional adequada aos alunos do campo;
- Construir e equipar Centros Públicos de Educação Profissional e Núcleos de Educação Profissional em todos os Estados;
- Ampliar e fortalecer o ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica;
- Fortalecer e ampliar o Proeja, oferecendo o aprendizado de uma profissão ao jovem ou adulto que concluiu o ensino fundamental, concomitante à conclusão do ensino médio;
- Promover a certificação profissional com elevação de escolaridade para adultos afastados dos sistemas de ensino;
- Fortalecer programas de formação inicial e continuada de professores da educação profissional para a inclusão de alunos com deficiência;
- Consolidar os cursos superiores de tecnologia, fortalecendo sua regulação pela inclusão no ENADE e ampliando sua oferta;
- Qualificar em níveis de mestrado e doutorado, docentes da educação profissional e tecnológica;
- Articular as ações de governo, em particular com o Ministério de Trabalho e Emprego, para a qualificação e re-qualificação profissional.

5. EDUCAÇÃO SUPERIOR

O governo Lula, convicto de que uma outra educação é possível, priorizou nestes quatro anos o investimento na qualidade e democratização da educação superior, enfrentando o legado do governo anterior, demarcado pelo falso antagonismo entre os diversos níveis de educação, o abandono do ensino superior público e a ausência de uma regulação justa e adequada ao setor privado na educação. O papel da educação superior, o atendimento das demandas, a regulação e a qualidade haviam sido deixados sob a responsabilidade única do mercado. A situação encontrada exigiu um conjunto de medidas de recuperação e de mudança de paradigmas expressos em políticas e programas indutores da democratização e da qualidade para o ensino superior, referenciadas na concepção de que a educação superior é um dos pilares da transformação e do desenvolvimento nacional.

O SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instrumento indutor da qualidade, surge neste contexto construindo as bases para a implantação da cultura da avaliação associada à regulação posto que o Provão, além de outros problemas, era dissociado do referido processo regulatório. Nas

instituições de ensino superior, o novo modelo de avaliação se dá de forma contínua, processual e transformadora, com base na participação da comunidade interna e externa na construção de diagnóstico da situação do ensino superior, perspectivas, expectativas e necessidades de mudanças. A idéia de avaliação punitiva, competitiva e de ranking foi superada pelo processo pedagógico e participativo de avaliar, propiciando o estabelecimento de termos de compromisso e demais medidas com ênfase na busca da qualidade, do aprimoramento e do resgate da função social da educação superior em nosso país.

Hoje a avaliação é realidade, envolvendo mais de 2,3 mil instituições de ensino superior, repensando o seu papel, comprometido com a expansão da oferta de vagas, com o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, com a ampliação dos compromissos e responsabilidades sociais das IES, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A valorização e a formação dos trabalhadores das universidades públicas federais, elementos necessários à qualidade, foram efetivadas por meio da im-

plantação do Plano de Carreira para os Servidores Técnico-administrativos das Universidades, consolidando uma antiga reivindicação da categoria, e o reconhecimento, por parte do governo, do significado do papel desenvolvido por mais de 150 mil trabalhadores, no cumprimento do princípio indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão das universidades. O aprimoramento dos Incentivos de Titulação demonstra o interesse e o compromisso do governo na continuidade do debate acerca da carreira docente e a necessidade do seu aprimoramento. A contratação, através de concurso público, de mais de 14 mil trabalhadores, iniciou um processo de recomposição do trabalho estável nas universidades, estagnada durante o governo passado, que por um longo período optou pela precarização das relações de trabalho.

A educação superior pública tem neste governo um papel fundamental na formação dos trabalhadores da educação básica, ocorrendo em patamares de qualidade social, política e pedagógica, sustentada pela indissociabilidade das funções de pesquisa, ensino e extensão e pela interação entre a teoria e a prática. Neste governo foi implantado um Programa de Formação amplo para os professores da educação básica, tanto quanto à formação inicial quanto continuada, cumprindo o papel histórico das universidades, locus da qualificação permanente do educador.

O desafio de democratizar a educação superior no país, durante o governo Lula, teve por parâmetro a ampliação do acesso com a criação de novas vagas, a partir da expansão da Rede Federal Pública de Educação Superior em pleno andamento. Foram criadas 10 universidades federais – sendo 4 novas e 6 por transformação de instituições já existentes – e 48 novos campi, como extensão de universidades, alcançando prioritariamente o interior do país. O PROUNI foi outra iniciativa importante para a ampliação do acesso à educação superior. A universidade pública chegou aos recantos do país por meio da UAB – Sistema Universidade Aberta do Brasil, como já dissemos, fruto da cooperação estimulada entre Municípios, Estados e União.

Aos segmentos mais pobres da população foi propiciada a oportunidade de ingresso, através do PROUNI, programa de bolsas, permitindo que nos primeiros quatro anos mais de 400 mil jovens de baixa renda tenham acesso ao ensino superior. O PROUNI adotou política de cotas para as populações afrodescendentes e indígenas. Programas de acesso vieram articulados a políticas de apoio à permanência e ao acompanhamento, beneficiando milhares de estudantes.

A pós-graduação aumentou em mais de 50% o número de diplomados. As consultas ao Portal CAPES aumentaram de 17,5 milhões em 2003 para 32,76 milhões

em 2005, comprovando a consolidação da política de pós-graduação, comprometida com o desenvolvimento e a soberania nacional, tendo por referência as necessidades e as diversidades regionais. A retomada do incremento orçamentário de custeio e investimento, através do aumento dos recursos para IFES, proporcionou um acréscimo de R\$ 644 milhões em 2001 para R\$ 1,4 bilhão em 2006. Todas essas medidas, que enfrentaram com sucesso as questões referentes à democratização do acesso, à melhoria da gestão e à busca permanente da qualidade, foram implantadas num ambiente de permanente diálogo com os movimentos sociais, educadores, entidades representativas da educação, com Estados e Municípios. Esta opção permitiu a construção das bases para a implantação de uma visão sistêmica da educação e de um regime de colaboração e de cooperação que apontam para a centralidade que a educação superior teve neste governo e deve continuar tendo em nosso país.

O governo Lula e a democratização da Universidade

O Brasil precisa continuar a democratizar e ampliar o acesso com qualidade à educação superior. Na graduação será dada continuidade ao fortalecimento e à ampliação da rede federal de universidades, garantindo a autonomia com controle social, avaliando e induzindo a qualida-

de nas instituições públicas e privadas, mediante os ciclos avaliativos previstos no SINAES.

A democracia, a qualidade e os processos de regulação neste nível de ensino requerem o envolvimento de toda sociedade no debate, em curso no Congresso Nacional, acerca da Reforma Universitária e do modelo de ensino superior que o Brasil necessita, tendo por parâmetro uma educação superior comprometida com a superação das desigualdades regionais, com o desenvolvimento, com a transformação social e com a soberania nacional.

A garantia e a ampliação do financiamento das instituições federais e o estabelecimento de marcos regulatórios perenes, contribuirão para o aumento de vagas com qualidade, no setor público, comunitário e privado, ampliando o acesso de milhares de jovens à educação superior.

Na gestão da política de educação superior, é imprescindível a cooperação com os sistemas estaduais, a partir de instrumentos legais que fortaleçam o regime de cooperação necessário para a ampliação da oferta de vagas e o aprimoramento da qualidade, respeitando as diversidades e as necessidades regionais. Deve-se ainda buscar racionalidade e eficácia por meio da integração de políticas interministeriais que possibilitarão a articulação de

programas nas diversas áreas que possuem interface com o ensino, a pesquisa e a extensão a partir das pertinências sociais.

A democratização do acesso continuará ocorrendo vinculada à ampliação de vagas nas instituições públicas, em cursos noturnos, na interiorização, em novos cursos nos campi existentes e através da modalidade de educação à distância, com apoio à permanência dos estudantes mais pobres. A política de ações afirmativas para as populações afrodescendentes e indígenas deve ser estimulada, quer através da aprovação da lei em tramitação no Congresso quer através de outras ações indutoras do ministério. No setor privado que participa através do atendimento da demanda por ensino superior e no alcance da meta do PNE – Plano Nacional da Educação, deve ser ampliada a adesão de instituições ao PROUNI, viabilizadas bolsas de permanência aos alunos dos cursos que exigem dedicação integral e aperfeiçoada a qualidade destas instituições de ensino superior privadas por meio do SINAES e dos mecanismos públicos de acompanhamento do PROUNI.

A valorização e a formação continuada dos trabalhadores da educação são fundamentais na consolidação da qualidade da educação superior, implicando a construção permanente de mecanismos de aprimoramento das carreiras, com sa-

lários adequados aos servidores técnico-administrativos e docentes das IFES.

Na pós-graduação, ambiente para a formação de recursos humanos altamente qualificados, a implantação do 6º Plano Nacional possibilitará a ampliação da oferta de cursos de mestrado e doutorado, diversificando a implantação dos programas de pós-graduação em todo o território nacional, de modo a contribuir com o desenvolvimento do país e superar as desigualdades regionais e de áreas de conhecimento. Os mestrados profissionalizantes em áreas estratégicas devem ser ampliados, favorecendo maior articulação entre a formação de recursos humanos e a necessidade de desenvolvimento industrial, comprometido com as características da região onde a instituição encontra-se inserida.

Um Projeto de Educação Superior para o Brasil, referenciado nas instituições públicas, no âmbito de uma política educacional sistêmica, que consolida todas as instituições de ensino superior, é um instrumento estratégico para o desenvolvimento, a soberania e a transformação social. Este desafio será enfrentado a partir das seguintes metas gerais:

- Fomentar, com a participação de toda a sociedade, o debate no Congresso Nacional, sobre o modelo de Educação Superior no País materializado na pro-

- Consolidar o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instrumento indutor da qualidade, com a instituição de uma cultura de avaliação associada ao processo regulatório, através da implantação dos Ciclos Avaliativos compreendendo todas as instituições, os cursos do Sistema Federal de Educação Superior, bem como a realização do ENADE - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes - para todos os cursos de graduação;
- Promover as condições de acessibilidade e de permanência na educação superior para os excluídos, dado a sua origem social, racial, étnica e pessoas com deficiência.

Com relação às Instituições Federais de Educação Superior:

- Contribuir para a democratização do acesso, da gestão e da produção de conhecimento produzido nas Universidades Públicas;
- Garantir que, no mínimo 75% dos 18% consignados na Constituição Federal para a manutenção e o desenvolvimento do ensino sejam destinados às IFES;
- Fortalecer a autonomia e aprimorar a gestão nas universidades federais;
- Consolidar o Programa de Expansão das IFES, aumentando as matrículas

- em cursos presenciais e em cursos à distância;
- Desenvolver programas de capacitação para os trabalhadores nas IFES;
- Criar a Universidade do Mercosul, em parceria com a Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela formando quadros e desenvolvendo pesquisas para a integração regional;
- Valorizar os hospitais universitários, fortalecendo o seu papel de integração entre (unidades de) ensino, pesquisa, extensão e assistência;
- Ampliar o programa de apoio à permanência dos estudantes de baixa renda;
- Aperfeiçoar os planos de carreiras de técnico-administrativos e de docentes, alcançando padrões salariais compatíveis com as exigências de qualidade da educação.

O desafio do aumento progressivo da inclusão de milhares de jovens na educação superior, egressos da educação básica, com origem nas classes populares, coloca a urgência do aumento de vagas nos cursos de graduação, a partir das seguintes metas:

- Apoiar e estimular a adoção de políticas de ações afirmativas baseadas nas experiências existentes, para alunos de escola pública, afrodescendentes e indígenas;
- Criar cargos e abertura de concurso público para docentes e técnico-admin-

- nistrativos nas IFES;
- Estimular a adesão de novas instituições ao PROUNI e estimular o acompanhamento social do programa;
- Consolidar o Programa Incluir para garantir condições de acesso e permanência aos alunos deficientes;
- Consolidar a UAB – Sistema Universidade Aberta do Brasil, na perspectiva de promoção e de desenvolvimento social, regional e econômico, ampliando de forma expressiva os pólos;
- Ampliar e democratizar o critério de acesso ao FIES.

A política nacional de pós-graduação, comprometida com o desenvolvimento e soberania do país, em sintonia com a diversidade e as necessidades regionais, se dará a partir da Implantação do 6º Plano Nacional de Pós-Graduação, através de:

- Aumento progressivo do número de bolsas;
- Ampliação da oferta de cursos de mestrado e doutorado em engenharias e computação;
- Indução de programas de pós-graduação em temas estratégicos: Metrologia, Defesa Nacional, Petróleo e Gás, Propriedade Intelectual, Meio Ambiente e Fármaco;
- Implantação do Programa Novas Fronteiras da Pós-Graduação, visando a indução de criação de cursos para cobrir a demanda de recursos humanos nas

regiões amazônica, do Semi-Árido, do Pantanal e incorporando o Programa para Estudos do Mar.

- Combater as desigualdades regionais na oferta de cursos de pós-graduação.

6. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Brasil tem um importante papel de liderança no cenário educacional de todo o mundo pelos muitos avanços conquistados, pelas tecnologias que desenvolveu com sucesso e pela qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação. A educação é um fator fundamental na cooperação internacional e cabe ao Brasil tanto oferecer parcerias quanto acolher experiências bem sucedidas em outros países, sempre construindo relações de cooperação e solidariedade.

- Integração regional: fortalecimento do Setor Educacional do Mercosul, em especial nas áreas de mobilidade de estudantes e professores, reconhecimento de diplomas e títulos, ensino de Português e Espanhol, História, Geografia e Literatura regional, criação da Universidade do Mercosul e vinculação entre ensino técnico-profissionalizante e setor produtivo;
- Escolas de Fronteira: expansão das escolas bilíngües em regiões de fronteira envolvendo todos os países que inte-

gram o Mercosul;

- Projeção internacional de programas brasileiros: divulgação e adaptação de programas brasileiros para países em desenvolvimento nas áreas de alfabetização e educação continuada, avaliação, cadastramento, alimentação escolar, transporte, distribuição de livro didático, formação de professores e gestores, educação à distância e educação profissional e tecnológica.
- Objetivos do Milênio e Educação para Todos: apoio a países em desenvolvimento da África e América Latina no financiamento e na cooperação técnica para a consecução dos Objetivos do Milênio (ONU) e metas de Educação para Todos (UNESCO), sobretudo nas áreas de combate ao analfabetismo, universalização do ensino básico e eliminação das disparidades de gênero.
- Foros multilaterais: presença ativa do Brasil em organismos internacionais que atuam na área educacional: UNESCO, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e IBAS (foro Índia, Brasil e África do Sul), Organização Internacional do Trabalho (OIT), FAO entre outros.
- Cooperação bilateral recebida: aprofundamento dos laços acadêmicos e científicos, sobretudo no plano do ensino superior e de pós-graduação, com

parceiros tradicionais, em particular Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Canadá, entre outros, nas áreas de interesse de cooperação recebida. Fortalecimento da relação acadêmica com China, Índia e Rússia.

- Cooperação bilateral prestada: apoio a países em desenvolvimento, especialmente da América Latina e África, nas áreas de reestruturação dos sistemas de ensino e formação de professores, implantação de programas de ensino técnico-profissionalizante e sistemas de avaliação e políticas específicas voltadas à inclusão educacional, o oferecimento de vagas em universidades e bolsas para estudantes oriundos de países pobres também será assegurado.

7. AÇÕES INTEGRADAS

A educação é certamente a política universal que reúne as melhores condições para o combate às desigualdades sociais e regionais, para a promoção da cidadania e da inclusão social e para a valorização individual e coletiva dos cidadãos e cidadãs brasileiros. É necessário articular um amplo conjunto de ações do governo que têm como foco de atenção crianças, jovens e adolescentes e compreendam a escola como um espaço público de promoção da cultura e valorização dos saberes. O desafio das ações integradas é articular as poten-

cialidades de diversas políticas públicas com o objetivo de fortalecer a escola e ampliar o tempo de permanência das crianças, adolescentes e jovens em espaços educativos, ampliar a cobertura e a qualidade da oferta de educação pública e fortalecer regiões, territórios e segmentos sociais reconhecendo e respeitando suas necessidades específicas.

- Bolsa família: em parceria com o MDS, ampliar a coleta de dados sobre a frequência escolar dos beneficiários do Bolsa Família, fortalecendo as redes de apoio a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A identificação das causas da ausência escolar deve acionar procedimentos de apoio às crianças e às famílias para garantir o retorno e o sucesso das crianças na escola. Ampliar e fortalecer a articulação com os municípios para a inclusão dos beneficiários do programa nas turmas de alfabetização e educação de jovens e adultos;
- Alimentação escolar: no âmbito do Programa Fome Zero, fortalecer o programa de alimentação escolar, promovendo maior integração com os produtores locais, de modo a promover hábitos alimentares adequados às peculiaridades locais e regionais em sintonia com a política de Segurança Alimentar;
- Educação ambiental: consolidar o trabalho do Grupo Gestor (MEC/MMA), fortalecer e ampliar as Coordenações de Educação Ambiental instituídas nas

Secretarias Estaduais de Educação e nas Secretarias Municipais de Educação das capitais e dos municípios com população superior a 500 mil habitantes. Desenvolver os programas de formação de professores e os projetos de pesquisa-ação das escolas, orientando o fortalecimento do pensamento sócio-ambiental, a comunicação inter-escolar e a integração com as comunidades locais. Fortalecer a participação dos jovens nas Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas para a construção das Agendas 21 locais. Promover Conferências Infanto-juvenis de educação ambiental;

- Combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de jovens e adolescentes: fortalecer o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mediante a formação de profissionais da educação, tendo em vista a integração das escolas à Rede Nacional de Proteção de Crianças e Adolescentes;
- Educação e Diversidade; formação continuada de profissionais da educação básica da rede pública nas temáticas de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, articuladamente trabalhadas;
- Trabalho doméstico: oferecer alternativas para que as trabalhadoras domésticas tenham acesso à elevação da escolaridade e formação profissional adequada;

- Saúde Escolar: fortalecer os programas de saúde escolar, atendendo às necessidades de correção visual e auditiva, educação e orientação sexual, promovendo práticas de alimentação saudável;
- Programa de Livro e Leitura: ampliar e fortalecer o Plano Nacional do Livro e da Leitura, promovendo a democratização do acesso ao livro, à formação de promotores da leitura, a valorização do livro e o acesso a outras mídias;
- Educação e Direitos Humanos: fortalecer os Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos (CEEDH) e promover a capacitação de profissionais da Educação Básica em Educação em Direitos Humanos, levando às escolas, especialmente as de ensino médio, informações e a promoção de valores e atitudes de prática e defesa dos direitos humanos.
- Estimularemos que todas as escolas da educação básica incluam em seu projeto político-pedagógico um plano de ação cultural, elaborado, preferencialmente, em articulação com o Plano Municipal de Cultura ou com o órgão gestor de cultura local.
- Implantar e implementar nas instituições de ensino superior projetos de intercâmbio e circulação artística e cultural, a exemplo dos circuitos universitários e festivais estudantis, em âmbitos regional e nacional.
- Articular com o fórum de Pró-Reitores de Extensão, alternativas para que os

programas de extensão contemplem, progressivamente, a formação profissional continuada e a difusão cultural na área de artes e do patrimônio.

8. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A responsabilidade dos diferentes níveis da administração pública pela educação está disposta na Constituição Federal. Estados e Municípios são responsáveis pelo ensino fundamental. Os Municípios, por sua vez respondem pela educação infantil e os Estados pelo ensino médio. A União é responsável direta pelo sistema federal de ensino superior que inclui o setor privado e no caso das instituições federais, é responsável por seu financiamento. Além disso, cabe à União ação normativa e supletiva nos outros níveis de ensino.

Assim, Estados e Municípios são os responsáveis diretos pela educação básica e a União pelo ensino superior federal.

Além de outras fontes, a União deve aplicar 18% da receita líquida de impostos na educação.

Os Estados e Municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita líquida de impostos, incluídas as transferências constitucionais.

Vale ressaltar que, com objetivo de ampliar as condições de financiamento da educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – realizou mudanças significativas nos padrões de arrecadação e redistribuição do salário-educação. Foram R\$ 3 bilhões a mais voltados ao ensino fundamental. Esta política associada à descentralização dos recursos para os Municípios bem como a definição de critérios públicos de repartição da cota federal transformaram o FNDE em uma verdadeira agência de fomento à educação.

O desafio de ampliar e garantir o financiamento adequado a todos os níveis e modalidades da educação e construir com Estados e Municípios o regime de colaboração e cooperação passa necessariamente pela implantação do FUNDEB, formado por fundos estaduais, constituídos por 80% dos recursos constitucionalmente vinculados à educação de Estados e Municípios, inclusive as transferências constitucionais, excetuando-se os recursos próprios dos Municípios.

Ao final de quatro anos a complementação da União deverá ser da ordem de R\$ 4,6 bilhões em valores de 2005, o que representa dez vezes o montante atualmente destinado ao Fundef.

A ampliação significativa dos investimentos em educação deve ser um esforço

de todos os entes federados com a colaboração de todos os poderes constituídos, sejam os legislativos em todos os níveis, seja o Ministério Público e os Tribunais de Contas no auxílio da fiscalização da utilização dos recursos da educação. Tal esforço deve ser permanente por parte dos poderes executivos.

9. DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Como afirmamos a democratização da gestão educacional no Brasil tem concorrido intensamente para a mudança dos padrões de oferta e qualidade da educação pública no país.

É preciso que esse processo ganhe profundidade nos próximos anos, de forma que as gerações futuras possam partir de melhores patamares da qualidade na educação, ampliando as esferas públicas de participação e fortalecendo a democracia.

O próximo governo do presidente Lula estará vigorosamente comprometido com essa perspectiva por meio das seguintes metas:

- Convocar a I Conferência Nacional de Educação que, precedida de Conferências Municipais e Estaduais, deve exa-

minar as determinações da LDB e as metas do Plano Nacional de Educação. A Conferência deverá, portanto se debruçar sobre os principais objetivos e metas da educação nacional, como direito social inalienável e inadiável no país. Para a garantia desse direito todos os desafios relativos à equidade (a inclusão e superação de todas as formas de discriminação) a garantia da qualidade, a gestão e ao financiamento deverão ser tratados. A condução democrática desse processo implicará ampla e representativa participação da sociedade brasileira e a retomada do Fórum Nacional de Educação visando à discussão, elaboração e acompanhamento das políticas públicas afetas à educação.

- Aperfeiçoar e regulamentar o regime de cooperação entre União, Estados e Municípios visando configurar o Sistema Nacional de Educação;
- Ampliar as condições para que o Conselho Nacional de Educação potencialize sua capacidade de contribuição para a formulação de políticas públicas em educação;
- Apoiar os Estados e Municípios para que os Planos Estaduais e Municipais de Educação sejam elaborados e acompanhados pelos mais variados segmentos da sociedade envolvendo as redes pública e privada de todos os níveis e modalidades de ensino;
- Aperfeiçoar os processos de formação

para garantir maior e melhor condição para o exercício da representação dos vários segmentos dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação.



**COMISSÃO TEMÁTICA
DE EDUCAÇÃO**

Selma Rocha (Secretária Executiva)

André Lázaro
Augusto Petta
Carlos Baldijão
Denilson Costa
Francisco Chagas
Gustavo Balduino
José Henrique Paim
Léa Oliveira
Madalena Guasco
Ricardo Henriques
Ronaldo Mota

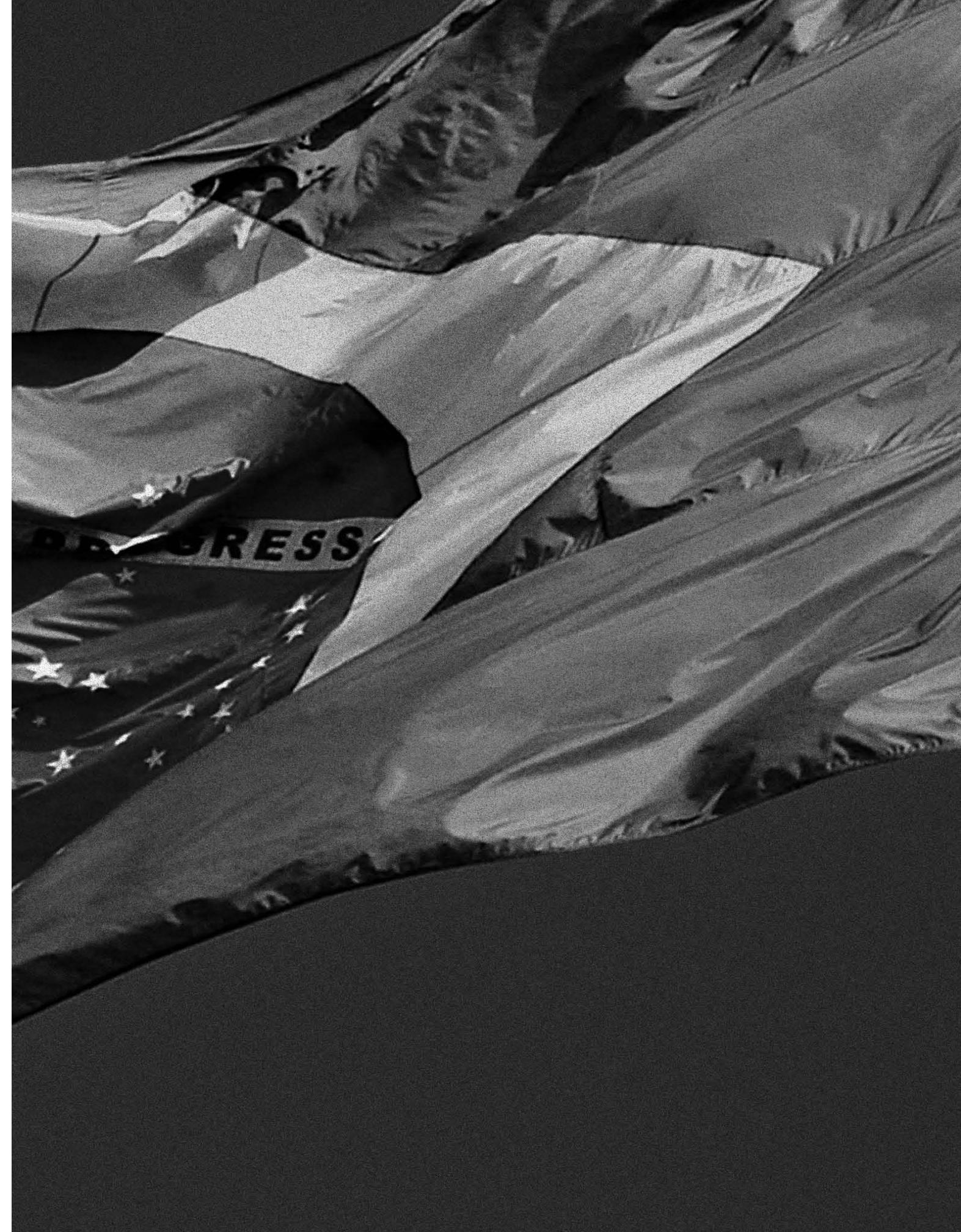
EQUIPE DE APOIO

Bruno Gaspar
Cilene Antonioli

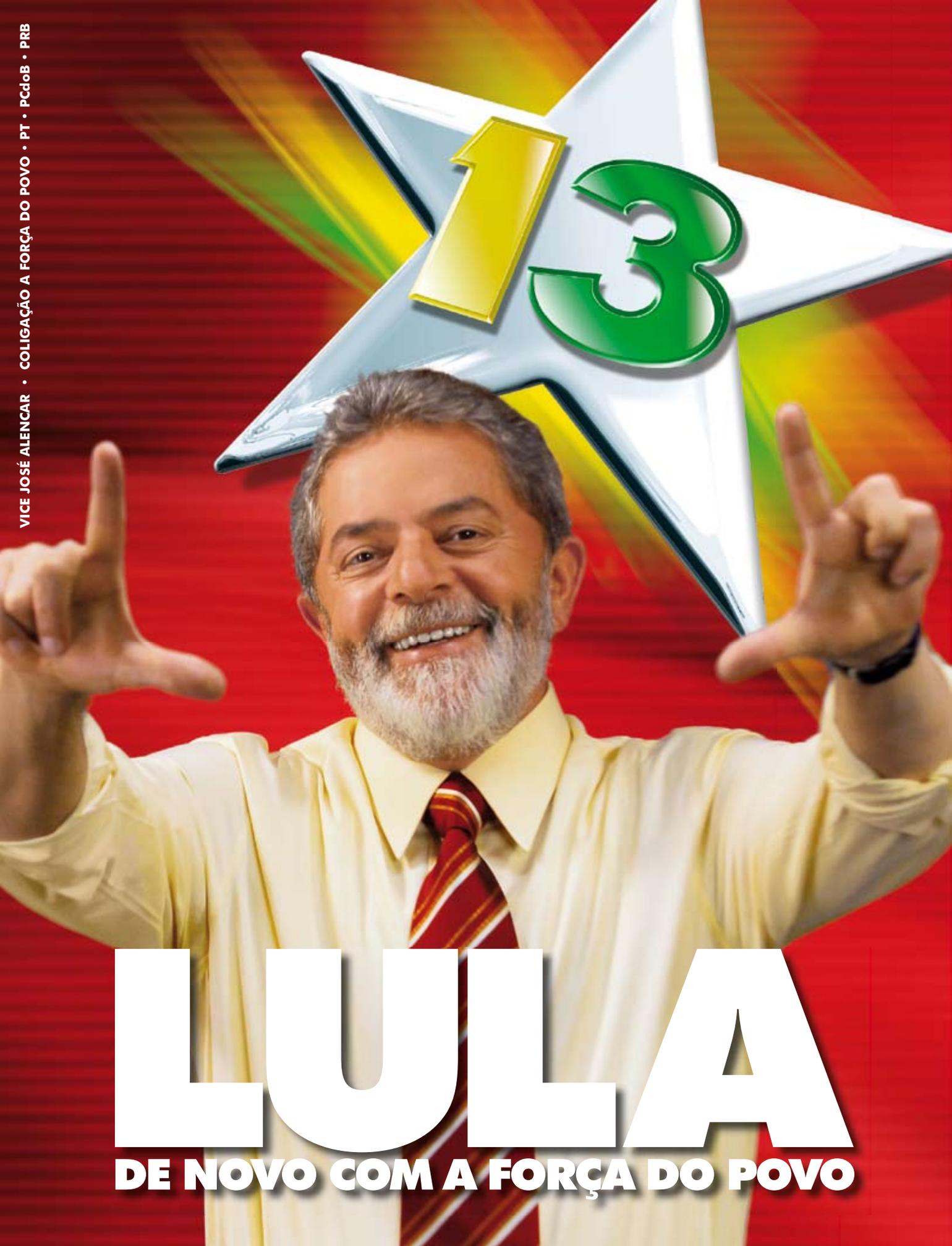
**COORDENAÇÃO DO
PROGRAMA DE GOVERNO**

Marco Aurélio Garcia (Coordenador)

Dilermando Toni
Glauber Piva
Juarez Guimarães
Miriam Belchior
Renato Rabello
Valter Pomar



VICE JOSÉ ALENCAR • COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO • PT • PCdoB • PRB



LULA

DE NOVO COM A FORÇA DO POVO